

***Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.***

Av. de António José de Almeida

1000-042 Lisboa

[www.incm.pt](http://www.incm.pt)

[www.facebook.com/INCM.Livros](https://www.facebook.com/INCM.Livros)

[editorial.apoiocliente@incm.pt](mailto:editorial.apoiocliente@incm.pt)

© *Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República  
e Imprensa Nacional-Casa da Moeda*

*Título:* Manifestos, Estatutos e Programas Republicanos Portugueses (1873-1926). Antologia

*Coordenação geral da coleção:* Comissão Nacional para as Comemorações  
do Centenário da República

*Coordenação do volume (introdução e edição crítica):* Ernesto Castro Leal

*Conceção gráfica:* INCM

*Design da capa:* Henrique Cayatte Design com Susana Cruz

*Livro composto em:* Futura BT e Adobe Caslon Pro

*Impresso em:* Chromocard (capa), Coral Book Ivory (miolo)

*Impressão e acabamento:* INCM

*Revisão do texto:* INCM

*Tiragem:* 1000 exemplares

*1.ª edição:* julho de 2014

*ISBN:* 978-972-27-2320-6

*Depósito legal:* 375 048/14

*Edição n.º* 1020106



## Índice

### 13 **Introdução**

#### **Antologia**

### 37 **I — Republicanismo**

#### 37 **1. Partido Republicano Português («histórico»)**

- 37 1. Programa (1873)
- 42 2. Programa (1873)
- 43 3. Manifesto-Programa (1878)
- 46 4. Projeto de Programa (1878)
- 51 5. Projeto de Programa (1886)
- 56 6. Manifesto e Programa (1891)
- 65 7. Circular (1891)
- 67 8. Manifesto (1891)
- 77 9. Manifesto (1891)
- 78 10. Manifesto (1891)
- 106 11. Manifesto (1893)
- 109 12. Regime Interno (1889)
- 123 13. Lei Orgânica (1909)

#### 136 **2. Aliança Nacional**

- 136 14. Manifesto (1911)

#### 140 **3. Partido Republicano Radical Português**

- 140 15. Projeto de Programa (1911)

#### 148 **4. Integridade Republicana**

- 148 16. Programa (1911)
- 175 17. Lei Orgânica (1911)

#### 186 **5. Grémio «Obreiros do Trabalho»**

- 186 18. Reformas Indispensáveis (1912)
- 192 19. Aspirações (1915)

197	<b>6. Partido Republicano Português («Partido Democrático»)</b>
197	20. Projeto de Programa (1911)
208	21. Programa (1912)
222	22. Reorganizem-se os Partidos (1922)
232	23. Manifesto (1925)
238	24. Lei Orgânica (1912)
256	25. Lei Orgânica (1920)
287	<b>7. União Republicana</b>
287	26. Programa (1912)
301	27. Estatuto (1912)
311	<b>8. Partido Republicano Evolucionista</b>
311	28. Programa (1913)
329	29. Um Programa (1913)
343	30. Estatuto (1913)
354	<b>9. Partido Centrista Republicano</b>
354	31. Programa (1917)
363	<b>10. Partido Nacional Republicano</b>
363	32. Discurso (1918)
365	33. Discurso (1918)
368	34. Mensagem (1918)
373	<b>11. Partido Republicano Conservador</b>
373	35. Manifesto (1919)
381	36. Declaração de Princípios (1919)
391	37. Compromisso Partidário (1919)
392	38. Lei Orgânica (1919)
405	<b>12. Partido Republicano Liberal</b>
405	39. Programa (1919)
416	40. Estatuto ou Lei Orgânica (1919)
430	<b>13. Partido Republicano Popular</b>
430	41. Plataforma Política (1920)

- 432 **14. Partido Republicano de Reconstituição Nacional**
- 432 42. Manifesto (1920)
- 439 43. Programa (1920)
- 452 44. Lei Orgânica (1921)
- 469 **15. Federação Nacional Republicana/Partido Reformista**
- 469 45. Lei Orgânica (1920)
- 487 46. Manifesto (1921)
- 492 **16. Centro Republicano Dr. Sidónio Pais/Partido Nacional Republicano Presidencialista**
- 492 47. Moção (1921)
- 494 48. Manifesto (1921)
- 500 49. Projeto de Estatutos (1921)
- 507 **17. Outubroismo**
- 507 50. Proclamação (1921)
- 514 **18. Acordo partidário entre «democráticos», «liberais» e «reconstituíntes»**
- 514 51. O acordo dos partidos (1921)
- 515 52. Programa de realizações imediatas (1921)
- 521 **19. Partido Republicano Nacionalista**
- 521 53. Manifesto (1923)
- 526 54. Programa de realizações imediatas (1924)
- 534 55. Manifesto (1925)
- 539 56. Estatuto ou Lei Orgânica (1923)
- 553 **20. Grupo Parlamentar de Acção Republicana**
- 553 57. Comunicação à Câmara dos Deputados (1923)
- 554 **21. Partido Republicano Radical**
- 554 58. Programa (1923)

- 568 59. Programa mínimo (1924)  
 570 60. Manifesto (1925)  
 585 61. Lei Orgânica (1923)
- 596 **22. Núcleo Republicano Reformador/Partido Republicano Reformador**
- 596 62. Manifesto-Programa (1925)
- 605 **23. Grupo Republicano «Os Homens Livres»**
- 605 63. Programa (1925)
- 607 **24. Partido Republicano da Esquerda Democrática**
- 607 64. Manifesto (1925)  
 614 65. O problema político (1926)
- 637 **25. União Liberal Republicana**
- 637 66. Manifesto (1926)  
 645 67. Estatuto (1926)
- 657 **II — Grupo «Renascença Portuguesa»**
- 657 68. Manifesto (1911)  
 660 69. Manifesto (1911)  
 665 70. Seus intuitos (1912)  
 673 71. O ideal e a obra (1914)  
 682 72. Estatuto (1912)  
 686 73. Novo Projeto do Estatuto (1913)
- 693 **III — Grupo «Seara Nova»**
- 693 **1. «Seara Nova»**
- 693 74. Estatutos da Empresa (1921)  
 697 75. Apresentação (1921)  
 704 76. Programa mínimo (1922)  
 715 77. Nova Apresentação (1923)  
 718 78. Carta Aberta (1923)

733 **2. Grupo de Propaganda e Acção Republicana**

733 79. Programa mínimo (1922)

735 **3. União Cívica**

735 80. Programa (1923)

753 81. Definição de atitude (1923)

758 82. Seus intuitos e seus métodos (1923)

771 **IV — Ligas, núcleos e congressos**

771 **1. Liga Patriótica do Norte**

771 83. Discurso (1890)

776 84. Relatório e Projeto de Estatuto (1890)

786 **2. Congresso Nacional**

786 85. Votos finais (1910)

802 **3. Liga Económica Nacional**

802 86. Estatuto (1915)

814 **4. Liga de Acção Nacional**

814 87. Manifesto e Estatutos (1918)

816 88. Programa (1918)

826 **5. Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira**

826 89. Programa (1918)

831 90. Manifesto (1921)

836 91. Estatuto (1920)

850 **6. Núcleo de (o) Ressurgimento Nacional**

850 92. Estatutos (1921)

862 **7. Congressos nacionais municipalistas**

862 93. Tese municipalista (1909)

868 94. Constituição Municipalista (1922)



## Introdução

«Nenhum século tanto mudou o mundo como o século XIX. Com a convicção de que as mudanças levavam à melhoria incessante da condição da humanidade, se acumulavam sob o signo do progresso. O século abre pelos anos de 1780, com duas revoluções: a independência norte-americana e a Revolução Francesa. Supressão do governo despótico de uma potência externa, num caso, do regime de monarquia absoluta, no outro [...] A geografia política altera-se com as unificações da Itália e da Alemanha, desequilibrando-se a balança de poderes [...] Por 1875-1880 (vai a Alemanha industrializar-se) acaba o século XIX, para culminar na *Belle Époque* a que a Grande Guerra põe termo.»

*Vitorino Magalhães Godinho*<sup>1</sup>.

«É consensual pensar que este ciclo se iniciou com o conflito que eclodiu na Europa em agosto de 1914: entre o século XIX e o século XX a linha de separação é, assim, marcada por aquilo a que se chamou a Grande Guerra [...] a Primeira Guerra Mundial transformou os países que nela participaram, bem como os outros. Alterou regimes, desordenou as economias, transtornou as sociedades, mudou por completo as relações internacionais, modificou

---

<sup>1</sup> Vitorino Magalhães Godinho, «Herculano, o cidadão e o historiador no mundo do progresso», in Vitorino Magalhães Godinho e Eurico Gomes Dias (organização), *Alexandre Herculano — O Cidadão e o Historiador. Antologia*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2010, pp. 7, 9 e 12.

o sistema de forças políticas; teve consequências nos espíritos e repercussões na história das ideias.»

*René Rémond*<sup>2</sup>.

«De entre os termos cuja evolução e progressivo enriquecimento político podemos acompanhar com mais interesse, pela sua consistente ligação com as perspectivas e condições da mentalidade da época, tem, sem dúvida, grande relevo o de ‘programa’ [...] O conceito de programa, como recurso orientador ou aglutinador de grupos politizados ou como veículo ordenador da coerência de ação e de argumento nos partidos ou correntes de opinião é, em regime liberal, um fenómeno sociológico de efetivo significado prático.»

*Jorge Borges de Macedo*<sup>3</sup>.

## **1. Antologia: origem, justificação e organização**

A presente antologia nasceu do convite oficial que me foi feito pela Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, endereçado pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Fernanda Rollo, para submeter este projeto, a quem agradeço o permanente incentivo, comunicado desde a primeira hora, para que chegasse a bom porto este trabalho historiográfico. Assim, sucedeu, estamos em crer. Não se tratava de editar uma fonte histórica específica, anotada criticamente e precedida de um ensaio, mas sim de reunir e fazer pequenas anotações, com uma introdução geral, num vasto património da cultura política republicana portuguesa, que é aquele que se plasmou nos mais relevantes manifestos, estatutos

---

<sup>2</sup> René Rémond, *Introdução à História do Nosso Tempo. Do Antigo Regime aos Nossos Dias*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Gradiva, 2003, pp. 281 e 282.

<sup>3</sup> Jorge Borges de Macedo, «O aparecimento em Portugal do conceito de programa político. (À memória do Professor Paulo Mêrea)», *Democracia e Liberdade*, n.º 20, Lisboa, 1981, pp. 14-15.

e programas políticos, publicados no arco temporal compreendido entre junho/outubro de 1873, altura em que se conheceram os dois primeiros «programas» republicanos, com exemplaridade recorrente posterior, e março/maio de 1926, momento em que surgiram os dois últimos textos políticos republicanos de índole programática. Em 28 de maio de 1926, iniciar-se-ia um complexo processo militar de transição política, que conduziu ao fim da I República e ao início do «Estado Novo».

Foi preciso chegar ao dia 25 de abril de 1974 para que, na pluralidade político-ideológica conflitual, intrínseca à respiração normal da vida democrática contemporânea, se lançassem as bases, com a Constituição da República Portuguesa de 1976, de um regime democrático moderno, iniciador de uma nova vaga de democratização mundial e que, em relação à história da Liberdade em Portugal, reatou a tradição cívica e política inaugurada no dia 24 de agosto de 1820, no Porto, que o dia 5 de outubro de 1910, em Lisboa, nos seus sonhos democráticos redentoristas e nos seus equívocos exclusivistas posteriores, também tinha corporizado para uma refundação profunda da vida portuguesa.

Justificava-se a edição integral destes textos com anotações críticas, dado que só dispomos da publicação muito parcial de alguns deles, umas vezes em versão completa, mas a maior parte das vezes só conhecemos versões parcelares, devendo-se salientar os pioneirismos do filósofo Joaquim de Carvalho, com a edição de programas republicanos anteriores a 5 de outubro de 1910, do historiador A. H. de Oliveira Marques, por via do registo meticoloso de indicações bibliográficas sobre manifestos, estatutos e programas, assim como a divulgação de excertos de programas republicanos durante a I República, e do historiador Fernando Catroga, através da análise histórico-filosófica do património programático republicano construído antes de 5 de outubro de 1910, todo esse trabalho feito dentro dos seus estudos aprofundados sobre a história do republicanismo português<sup>4</sup>.

---

<sup>4</sup> Dos 94 documentos que constam da presente antologia, publiquei, na íntegra, sem anotações críticas, 24 textos programáticos republicanos — cf. Ernesto Castro Leal, *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, pp. 139-355. Cf., para o pioneirismo investigativo e analítico, em três gerações diferentes, Joaquim de

Esta antologia é constituída por 94 documentos, onde se encontram manifestos, estatutos, programas políticos e outros textos políticos, de autoria de grupo ou individual, que formalizam concretamente posições ideológico-políticas e culturais exemplares, principalmente dentro do campo político republicano português. Não se restringiu, contudo, a abordagem a esse específico campo das ideias e da organização política, abrindo-se também a visão para outros espaços cívicos e políticos de convergência *res publicana*, que mobilizaram destacadas personalidades da elite republicana ao lado de outras da elite monárquica ou da elite independente face à opção a tomar pela natureza do regime político. Tal opção metodológica permitiu que se organizasse os documentos em quatro secções: Republicanismo; Grupo «Renascença Portuguesa»; Grupo «Seara Nova»; Ligas, Núcleos e Congressos.

Em cada uma dessas secções, os partidos, grupos políticos e cívicos ou realizações de congressos assim como os respetivos documentos estão ordenados de forma cronológica, do mais antigo para o mais recente, criando-se subsecções na primeira secção e na quarta secção, vindo, em cada uma delas, em primeiro lugar, os textos políticos, e, no fim, os estatutos ou leis orgânicas<sup>5</sup>. Optou-se por dar um título a cada documento que remetesse, sempre que possível, diretamente para o título desta antologia, colocando-se em nota de rodapé o título preciso desse documento na sua referência bibliográfica completa. Tendo em vista a perceção das dinâmicas históricas que se desenrolaram ao longo deste período de tempo escolhido, para além das indicações bibliográficas selecionadas, de entre um vasto património analítico sobre a vida portuguesa

---

Carvalho, «Formação da ideologia republicana (1820-1880)», in Luís de Montalvor (publicação), *História do Regimen Republicano em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Ática, mcmxxx, pp. 161-256; A. H. de Oliveira Marques (direção), *História da 1.ª República Portuguesa. As Estruturas de Base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s. d. [1978]; Idem, *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1981; Fernando Catroga, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1991; 3.ª ed., Lisboa, Casa das Letras, 2010.

<sup>5</sup> Para o conjunto deste acervo temático, só não foi possível encontrar um documento: o Estatuto ou Lei Orgânica do Partido Republicano Liberal (1919-1923), mas conhece-se o projeto apresentado ao seu I Congresso de 1919, o mesmo que apenas é referido por A. H. de Oliveira Marques.

contemporânea, que estão no fim desta introdução, fez-se, em vários documentos, o registo de orientações de leitura para os situar historicamente.

Durante o processo de construção desta antologia, contribuíram, quer com a amável cedência de textos quer com preciosas indicações para a sua localização, vários colegas, a quem presto uma sentida homenagem de reconhecimento cívico e científico, não esquecendo de igual modo todas as pessoas que, por diversas formas, me ajudaram neste percurso de inquérito, de organização e de edição. A finalizar, inscrevo palavras de profundo agradecimento à Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, na pessoa do seu Presidente, à direção científica da sua Comissão de Edições, neste caso promotora de uma Biblioteca *Res Publicana*, que aprovou este projeto, e à prestigiada Imprensa Nacional-Casa da Moeda, na pessoa do Presidente do Conselho de Administração, pelo excelente trabalho editorial.

## **2. Itinerários republicanos: cidadania num tempo de mudança**

A espessura temporal desta antologia, como se escreveu, medeia entre junho de 1873 e maio de 1926, representando essa temporalidade, quanto à «dinâmica do capitalismo», a sucessão da «economia-mundo» euro-atlântica para a economia mundial e o estabelecimento definitivo da economia mundial, cujo centro era Londres, só passando para Nova Iorque a partir de 1929<sup>6</sup>. Face às «vagas de democratização» mundial, enunciadas pelo cientista político Samuel Huntington, estava-se na primeira vaga (1828-1926), iniciada dentro do regime republicano dos Estados Unidos da América, tendo surgido, a partir da Itália fascista, a primeira contravaga (1922-1942), onde se inseriria o regime autoritário do Portugal salazarista.

Referindo-se a Portugal, nesse contexto político, escreveu o politólogo André Freire: «Embora só já pelo século xx a dentro

---

<sup>6</sup> Fernand Braudel, *A Dinâmica do Capitalismo*, Lisboa, Teorema, 1985.

Portugal tenha consolidado a sua transição para um regime parlamentar, muito por causa do importante papel que o rei manteve até à I República Portuguesa, o País foi dos primeiros a aderir à transformação liberalizante que marcou a primeira vaga de democratização (1828-1926). No contexto europeu esteve até na linha da frente na adoção de algumas inovações democratizantes: eleições diretas; voto secreto e igual; sistema maioritário mas com algumas representações de minorias. E até em termos de direito de voto: no final do século XIX a percentagem da população portuguesa com direito de voto estava entre as mais abrangentes do contexto europeu [...] Logo na I República, Portugal não acompanhou o aprofundamento na primeira vaga de democratização que se verificou na Europa a seguir à 1.<sup>a</sup> Guerra Mundial: alargamento do sufrágio e alastramento da representação proporcional. Deste ponto de vista, a ditadura cavou ainda mais este atraso [...] Claro que até as liberdades cívicas e políticas, que marcaram os regimes anteriores, foram suprimidas com o Estado Novo.»<sup>7</sup>

Durante este período de tempo, afirmaram-se, no campo político do republicanismo português, duas gerações — a geração de 70/80 e a geração de 90/fim do século XIX —, e despontou a geração de 10/20 do século XX. Teófilo Braga, então Presidente do Governo Provisório da República Portuguesa, participou nos debates de 1911 sobre os vários projetos da Constituição, e, discursando na sessão de 18 de julho da Assembleia Nacional Constituinte, apresentou uma periodização das três gerações e nomeou os seus mais relevantes pensadores, que, segundo ele, tinham contribuído para a construção e o enraizamento das ideias republicanas em Portugal: «[...] vou terminar, dizendo simplesmente que a República se fez por três gerações que precisam ser nomeadas e honradas por esta Assembleia. Não foram só os tiros da Rotunda que a fizeram, não; há três gerações que muito contribuíram também para a sua implantação.» De seguida, Teófilo Braga apresentou essas três gerações, não classificando a primeira geração, que era a geração dos

---

<sup>7</sup> André Freire, «Eleições, sistemas eleitorais e democratização: O caso português em perspetiva histórica e comparativa», in André Freire (coordenação científica), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português. Uma Perspetiva Histórica e Comparativa*, Lisboa, Colibri, Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011, pp. 74 e 75.

fundadores (anos 50/60), e caracterizando a segunda geração como «essencialmente doutrinária» (anos 70/80) e a terceira geração já «absolutamente ativa» (anos 90):

«À primeira geração pertenceram Henriques Nogueira, Sousa Brandão, Latino Coelho, [Gilberto] Rola, Oliveira Marreca, Elias Garcia, Bernardino Pinheiro e outros, e no tempo dos quais a República representava a desonra e a infâmia, e esses homens puseram ao serviço da sua causa todo o prestígio do seu nome, mostrando bem claramente que se podia ser republicano sem que para isso fosse preciso ter incorrido nos artigos do Código Penal.

À segunda geração, essencialmente doutrinária, pertencem Rodrigues de Freitas, Magalhães Lima, José Falcão, Teixeira de Queiroz, Jacinto Nunes, eu, que tenho essa honra, e tantos outros; e à terceira geração, absolutamente ativa, pertencem Afonso Costa, António José de Almeida e tantíssimos outros que se evidenciaram pela forma decisiva como fizeram a propaganda das ideias republicanas.

A obra da revolução assenta sobre um corpo doutrinário, e sobre este assenta a ação moral, e a prova do que afirmo está na forma como foi feita a revolução, que um jornal inglês classificou de feita por *gentlemen*.

Esta terceira geração proclamou o princípio da soberania nacional, que é indispensável dever manter, como a expressão da nossa autonomia, superior a cortesias diplomáticas.»<sup>8</sup>

A galeria republicana portuguesa inscreveu um significativo e diversificado conjunto de pensadores, de publicistas e de tribunos, sendo fácil reconhecer durante o fio do tempo dessas três gerações, estabelecidas por Teófilo Braga, que, em cada uma delas, ganharam estatuto doutrinário mais influente sobre o respetivo conjunto geracional republicano, os pensadores José Félix Henriques Nogueira, na primeira geração, influenciada pela curta II República Francesa (1848-1852), Joaquim Teófilo Fernandes Braga, na segunda geração, estimulada pela longa III República Francesa (1870-1940) e pela efémera I República Espanhola (1873-1874), e Afonso Augusto da Costa, na terceira geração, criada na vigorosa reação pública nacional ao «*Ultimatum*» Inglês (1890).

---

<sup>8</sup> *Diário da Assembleia Nacional Constituinte*, sessão n.º 23, 18 de julho de 1911, p. 23.

Tal não significa, obviamente, desprezar o trabalho doutrinário ou de ação política persistentes de tantos outros republicanos — o que se pode comprovar com a leitura dos documentos desta antologia —, citando-se, por exemplo, os nomes de José Elias Garcia, José Maria Latino Coelho, José Falcão, Manuel Emídio Garcia, José Joaquim Rodrigues de Freitas, Sebastião de Magalhães Lima, José Pereira de Sampaio (Bruno), Basílio Teles, Manuel de Arriaga, Augusto Alves da Veiga e Bernardino Machado, ou a riqueza de igual modo multiforme da cultura filosófica, da cultura histórica, da cultura literária, da cultura artística, da cultura científica ou da cultura pedagógica do republicanismo português.

Os anos 70 do século XIX são um ponto de referência na viragem da civilização burguesa europeia, com incidências no sistema mundial. O mundo contemporâneo tinha assistido a uma aceleração do tempo e da história desde a Revolução Industrial inglesa, que teve o seu período crucial entre 1730 e 1790, seguindo-se os decisivos processos de industrialização belga, francês e alemão para configurar a nova civilização burguesa industrial europeia. A Inglaterra será conhecida como a «oficina do mundo» e, em meados de 1850, representava economicamente cerca de metade do mercado mundial dos produtos manufaturados e de um terço da produção industrial. O necessário processo de transferência tecnológica a partir da Inglaterra, operando uma progressiva mudança da «economia-mundo» euro-atlântica para uma economia mundial, estudada pelo historiador Fernand Braudel, só teve êxito porque também foi acompanhado, entre outras, por uma revolução dos transportes e das comunicações terrestres, marítimas e aéreas, como também por uma alteração significativa nas formas de pensar, de sentir e de agir.

A nova geografia e economia das comunicações mostrava a eficácia modernizadora da rede viária em crescimento, da rede de canais, da intensa vida nos portos, das travessias do Atlântico em barco a vapor (a primeira ocorreu em 1819) ou da revolucionária rede de caminhos de ferro (a primeira locomotiva sobre carris circulou em 1821). Este novo mundo burguês mostrou-se na 1.<sup>a</sup> Exposição Universal de Londres, em 1851, numa espécie de hino à industrialização e à nova civilização europeia, a partir do olhar e do poder do Reino Unido, mas com uma inequívoca visão democrática e cosmopolita. Nos finais do século XIX, o telégrafo ligava países da Europa — devendo-se a Guglielmo Marconi a telegrafia sem fios desde 1895 —, em 1866 tinha entrado em funcionamento o primeiro cabo transatlântico, em 1888 o primeiro

expresso do Oriente unia Paris a Constantinopla e em 1904 era concluído o transiberiano. Tecia-se assim uma «nova globalização», modificando profundamente as percepções do mundo quanto ao tempo, ao espaço e às circunstâncias.

A democratização da viagem, com incidência nas formas mentais, estava em marcha, satisfazendo objetivos económico-sociais, político-militares, culturais ou lúdicos. Longe ficavam os tempos da «grande viagem» setecentista exclusiva dos jovens aristocratas europeus, que era um meio instrumental da sua educação cultural iluminista. O mundo contemporâneo inventou novos roteiros de peregrinação religiosa ou de peregrinação cívica, de viagens de negócios ou de turismo, permitindo o alargamento do conhecimento e da comparação entre culturas e civilizações, aí devendo inserir-se o ideal humanista e cosmopolita dos Jogos Olímpicos da era moderna, devedores do espírito aberto do barão Pierre de Coubertin, que foram inaugurados em Atenas no ano de 1896. Com uma sequência de quatro em quatro anos, viriam a ser interrompidos com as duas Guerras Mundiais, juntando-se também desde 1924 os Jogos Olímpicos de Inverno.

É certo que ao otimismo industrialista e pacifista europeu de Oitocentos, fabricando uma «idade do progresso» (a «*belle époque*», em visão francesa), que os positivismos e os cientismos organizavam, suceder-se-ia, na abertura de Novecentos, os sinais de um mundo cada vez mais perigoso que se revelaria dramaticamente na Grande Guerra de 1914-1918 e que fez com que o escritor Paul Valéry afirmasse em 1924 — «Nós, civilizações, sabemos agora que somos mortais» —, vindo a obter o seguinte comentário do historiador Lucien Febvre: «Teve grande ressonância esta frase que Valéry escrevia no fim dos anos 20 — e que, aliás, não tinha um som muito novo para o historiador; o velho Ballanche, para só o citar a ele, já tinha dito textualmente a mesma coisa, em 1817: reflexão de sinistrados, aqui e ali [...] *uma* civilização pode morrer. *A* civilização não morre. Esse instinto dos homens, essa coisa própria dos homens: ultrapassar-se, tomar a sua vontade como trampolim, para saltar sempre mais alto [...]»<sup>9</sup> O século xx ainda assistiria — é verdade — a um segundo conflito militar (1939-1945), mais mundializado e mais longo do que o primeiro.

---

<sup>9</sup> Lucien Febvre, *Combates pela História*, vol. I, Lisboa, Presença, 1977, pp. 61-62.

O sentimento de perda da antiga civilização rural e agrícola — «O mundo que nós perdemos», de que falou o historiador Peter Laslett<sup>10</sup> — face à construção da nova civilização urbana e industrial ou o elogio das tradições e dos costumes antigos face ao progresso e à modernidade polarizaram (e ainda polarizam) muito da controvérsia cultural e política contemporânea, entre uma atitude pessimista e outra atitude otimista. No fundo e na forma, a evolução civilizacional não se faz por «raturas catastróficas» mas sim por processos históricos complexos de estruturas, desestruturas e reestruturas. Após a «ilusão do progresso» dos anos 50/80 do século XIX, desenhou-se o encontro com a «desilusão do progresso» (revalorizadora, por vezes, de velhos mitos ou de novos mitos), a partir dos anos 90 desse século, o que veio a configurar o que poderá ser chamado de terceira crise moderna do pensamento europeu: a primeira crise, entre 1680 e 1715, originou o iluminismo; da segunda crise, por volta de 1790, nascerá o romantismo; a terceira crise, iniciada na transição do século XIX para o século XX, colocará em confronto diversos irracionalismos e neorracionalismos face à atitude a ter perante a humanidade, a ciência, a religião, a literatura, a arte ou a política, questionando-se o estatuto da natureza, do sobrenatural ou do sujeito cognoscível.

Todo este ambiente intelectual e científico de questionamento do «paradigma dominante» da modernidade europeia, ancorado nas mudanças ocorridas desde o século XVI, percorrerá também a vida portuguesa, com projeção nos ideais político-sociais e culturais e nas formas organizativas criadas para os consensualizar, quer dentro do campo político republicano, quer noutros campos políticos, quer em propostas de convergência intelectual e orgânica de matrizes ideológico-políticas e culturais diversas. Sinais desse debate, dentro do campo político republicano ou em organizações com a presença de republicanos ilustres, podem ser reconhecidos através de um conjunto de tópicos carregados de significação valorativa, que estão presentes nos documentos desta antologia e que descrevem a procura de novas instâncias legitimadoras do diagnóstico sobre a vida portuguesa e da organização política ou a resistência evidenciada de visões do mundo já teoricamente consagradas.

---

<sup>10</sup> Peter Laslett, *O Mundo Que Nós Perdemos*, Lisboa, Cosmos, 1975.

Anote-se, a título de exemplo, este conjunto de ideias e de valores: pátria, nação e república; patriotismo, nacionalismo e cosmopolitismo; decadência e progresso; regeneração, renascença, seara nova e ressurgimento nacional; ordem, progresso e liberdade; livre-pensamento, espiritualismo e messianismo; laicismo e laicidade; evolução e revolução; municipalismo, unitarismo e federalismo; centralização e descentralização; parlamentarismo e presidencialismo; soberania nacional e soberania popular; sufrágio censitário, sufrágio capacitário e sufrágio universal; mandato nacional e mandato imperativo; ação nacional e cruzada nacional; partido, união, liga e núcleo; intelectuais, políticos e técnicos; pedagogia cívica e opinião pública.

O republicanismo português teceu uma ampla malha de formas de pensar, de sentir, de organizar e de agir, em diálogo com o património doutrinário do liberalismo clássico e com correntes doutrinárias do socialismo (destaque para o socialismo integral de Benoît Malon), procurando a sua elite política dirigente estabelecer a unidade possível, antes de 5 de outubro de 1910, no interior do Partido Republicano Português — um «partido-frente», na classificação do historiador Fernando Piteira Santos<sup>11</sup> —, mas, como afirmou o historiador Fernando Catroga, isso foi impraticável após a revolução republicana: «Insinua-se, assim, que o republicanismo, não obstante o propósito de respeitar as liberdades fundamentais, lidou mal com a fragmentação partidária e com as dissensões sociais. O que ajuda a compreender melhor a sua sobrevalorização do patriotismo e o seu cultivo de um nacionalismo que, embora, republicano, misturava a definição cívica com as características de origem étnico-cultural, como a análise do pensamento dos principais ideólogos do movimento bem demonstra.»<sup>12</sup>

Na primeira secção — Republicanismo — selecionam-se documentos relevantes do tempo do Partido Republicano Português («histórico»), até 1910, e do tempo da I República, que assistiu à fragmentação desse Partido e à constituição e reconstituição

---

<sup>11</sup> Fernando Piteira Santos, «Na transição do ‘constitucionalismo monárquico’ para o ‘constitucionalismo republicano’: A crise do Partido Socialista e a crise do Partido Republicano», *Análise Social*, n.ºs 72-73-74, Lisboa, 1982, pp. 683-685.

<sup>12</sup> Fernando Catroga, «Republicanismos», *Biblos*, 2.ª série, vol. VIII (A República e as Letras), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010, pp. 69-70.

subsequentes de novos partidos e grupos políticos que dele se separaram, ficando a maioria dos republicanos partidários reunida sob o mesmo nome de Partido Republicano Português (vulgarizado como «Partido Democrático»). Quanto ao sistema de governo, revelaram-se propostas unitaristas parlamentares — umas de predomínio parlamentar, outras com correção presidencial —, unitaristas presidenciais — com a figuração político-institucional na «República Nova» sidonista —, federalistas ou confederalistas de diversas matizes, numa variedade ampliada desde o ano de 1919, altura em que uma revisão da Constituição de 1911 dotou o Presidente da República com a capacidade de dissolução do Congresso da República, apesar das limitações constitucionais consagradas.

A segunda secção — Grupo «Renascença Portuguesa» — e a terceira secção — Grupo «Seara Nova» — mostram a riqueza doutrinária dos dois mais importantes grupos de pensamento e de ação política com ligações ao republicanismo. Mais estético-filosófico o primeiro, mais filosófico-político o segundo, ambos, no entanto, profundamente imbuídos do espírito regeneracionista nacional e do pedagogismo cívico para a criação de uma opinião pública consciente. Esses dois grupos cívico-políticos e culturais, que se revelaram durante a I República, pretendiam construir um «princípio espiritual» *res publicano*, fora do cânone dos positivismos e dos cientismos vulgares, ao que o segundo grupo juntava propostas para uma nova formulação da conceção política do Estado republicano e um novo delineamento programático para a definição de políticas públicas integradas. Em qualquer dos casos, a ideia de refundação da Pátria, por caminhos nem sempre convergentes, esteve bem presente.

Na quarta secção — Ligas, Núcleos e Congressos — evidencia-se um comprometimento intelectual e político ativo, para além das parcialidades inerentes às filiações nas estruturas de partidos, revelado principalmente em momentos de grave crise nacional, de desregulação institucional do regime político e de quebra do funcionamento regular do sistema de partidos. Assim aconteceu nos inícios de 1890 — surgiu a Liga Patriótica do Norte; em meados de 1910 — realizou-se o Congresso Nacional; durante o ano de 1918 — criaram-se a Liga de Ação Nacional e a Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira; ou, nos inícios de 1923, com o lançamento da União Cívica, a partir do Grupo «Seara Nova», que se encontra colocado na terceira secção. Uma nova geração

formada já durante a I República, com algumas aproximações e muitos afastamentos em relação ao republicanismo dominante, exprimiu-se no Núcleo de (o) Ressurgimento Nacional e no seu órgão *Alma Nova*. Por fim, assinala-se a pulsão local municipalista, que, em 1909 (Lisboa), em 1910 (Porto) e em 1922 (Lisboa), se manifestou perante o poder central em três Congressos Nacionais Municipalistas, de onde saiu um importante património de pensamento, vertido em propostas para a reorganização democrática de Portugal.

As várias secções e subsecções desta antologia traçam, com se acabou de ver, um contributo para a construção do mapa diversificado sobre a produção escrita de manifestos, estatutos e programas políticos republicanos e sobre vários itinerários ideológicos, políticos e culturais republicanos em Portugal, entre 1873 e 1926, podendo e devendo, pois tudo na vida é contingente, ser melhorado e ampliado. Este é um ponto de chegada; provavelmente, para nova partida.

### **3. Referências bibliográficas: contextualização da antologia**

- ALMANAQUE REPUBLICANO (Artur B. Mendonça e José M. Martins): <http://arepublicano.blogspot.com>
- ALMEIDA, Pedro Tavares de (organização e introdução), *Legislação Eleitoral Portuguesa, 1820-1926*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1998.
- (apresentação e inventário), *Espólio de António Ginestal Machado, 1874-1940*, Biblioteca Nacional de Portugal/Assembleia da República, 2010.
- , e LUZÓN, Javier Moreno (coordenação), *Das Urnas ao Hemiciclo. Eleições e Parlamento em Portugal (1878-1926) e Espanha (1875-1923)*, Lisboa, Assembleia da República, 2012.
- AMARAL, Luciano (organização), *Outubro: A Revolução Republicana em Portugal (1910-1926)*, Lisboa, Edições 70, 2011.
- ARAÚJO, António de, *Jesuítas e Antijesuítas no Portugal Republicano*, Lisboa, Roma Editora, 2004.
- BAIÔA, Manuel Pimenta Morgado, *Elites e Organizações Políticas na I República Portuguesa. O Caso do Partido Republicano Nacio-*

- nalista (1923-1935)*, 2 vols., Tese de Doutoramento em História Contemporânea, Universidade de Évora, 2011.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima, *A Monarquia Constitucional (1807-1910)*, Lisboa, Texto, 2010.
- CABRAL, Manuel Villaverde, «Basílio Teles: O nacionalismo republicano, do decadentismo ao autoritarismo», *Prelo*, n.º 15 (Decadência/Pessimismo), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987, pp. 19-33.
- , «The *Seara Nova* Group (1921-1926) and the ambiguities of portuguese liberal elitism», *Portuguese Studies*, vol. 4, London, 1988, pp. 181-195.
- (apresentação), e MARTINS, Ana Maria Almeida (leitura, transcrição e notas), «Uma inesperada amizade política. Basílio Teles e Luís de Magalhães segundo a sua correspondência inédita, 1891-1923», *Revista da Biblioteca Nacional*, série 2, vol. 6, n.º 1, Lisboa, 1991, pp. 47-107.
- , «A estética do nacionalismo: Modernismo literário e autoritarismo político em Portugal no início do século xx», in Nuno Severiano Teixeira e António Costa Pinto (coordenação), *A Primeira República Portuguesa. Entre o Liberalismo e o Autoritarismo*, Lisboa, Colibri/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2000, pp. 181-211.
- CALAFATE, Pedro (direção), *História do Pensamento Filosófico Português*, vols. iv e v, Lisboa, Caminho/Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2000-2004.
- CARDIA, Mário Sottomayor (compilação e prefácio), *Seara Nova. Antologia*, 2 vols. Lisboa, Seara Nova, 1971-1972.
- CARDIA, [Mário] Sottomayor (organização, prefácio e notas), *Seara Nova. Antologia*, Lisboa, Alfa, 1990.
- CARDIA, M. Sottomayor, «Os reformismos político-sociais europeus entre 1900 e 1940», in António Reis (coordenação científica), *As Grandes Correntes Políticas e Culturais do Séc. XX*, Lisboa, Colibri, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2003, pp. 45-80.
- CARVALHO, Joaquim de, «Formação da ideologia republicana (1820-1880)», in Luís de Montalvor (publicação), *História do Regímen Republicano em Portugal*, vol. 1, Lisboa, Ática, MCMXXX, pp. 161-256.

- CATROGA, Fernando, *O Republicanismo em Portugal. Da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1991; 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Casa das Letras, 2010.
- , *Antero de Quental. História, Socialismo, Política*, Lisboa, Notícias, 2001.
- , *Ensaio Respublicano*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.
- , e ALMEIDA, Pedro Tavares de (coordenação), *Res Publica. Cidadania e Representação Política em Portugal, 1820-1926*, Lisboa, Assembleia da República/Biblioteca Nacional de Portugal, 2010, pp. 142-153.
- , e CARVALHO, Paulo A. M. Archer de, *Sociedade e Cultura Portuguesas II*, Lisboa, Universidade Aberta, 1996.
- CAVALINHOS, José Brissos, «Crítica e diferença na Primeira República Portuguesa: O exemplo da *Alma Nova*, 1914-1929», *Revista da Biblioteca Nacional*, série 2, vol. 3, n.º 2, Lisboa, 1988, pp. 69-99.
- CHORÃO, Luís Bigotte, *A Crise da República e a Ditadura Militar*, Lisboa, Sextante, 2009.
- CLEMENTE, Manuel, *Igreja e Sociedade Portuguesa do Liberalismo à República*, Lisboa, Grifo, 2002.
- , *1810 — 1910 — 2010. Datas e Desafios*, Lisboa, Assírio & Alvim, 2009.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida, e MARCOS, Rui Manuel de Figueiredo, *A Primeira República no Direito Português*, Coimbra, Almedina, 2010.
- CRUZ, Manuel Braga da, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Presença/Gabinete de Investigações Sociais, 1980.
- CUNHA, Norberto Ferreira da, *Génese e Evolução do Ideário de Abel Salazar*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997.
- , «A génese da *Renascença Portuguesa* perante a crise política e moral da I República», *Crises em Portugal nos Séculos XIX e XX*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002, pp. 151-178.
- , «Ciência e cientismo nos pensadores portuenses no alvorecer do século xx», *Atas do Congresso Internacional — Pensadores Portuenses Contemporâneos, 1850-1950*, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Universidade Católica Portuguesa (Centro Regional do Porto), 2002, pp. 383-396.

- , «Afonso Costa, Republicano-Socialista (1885-1910)», *Forum*, vols. 42-43, Braga, 2007-2008, pp. 125-192.
- , «Política e pedagogia em António Sérgio», in Norberto Ferreira da Cunha (coordenador científico), *Pedagogia e Educação em Portugal (Séculos XX-XXI)*, Vila Nova de Famalicão, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão/Museu Bernardino Machado, 2008, pp. 209-285.
- , «Leonardo Coimbra e a I República», in Ernesto Castro Leal (coordenação), *República e Liberdade*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011, pp. 37-137.
- CUNHA, Paulo Ferreira da, *Para Uma Ética Republicana. Virtude(s) e Valore(s) da República*, Lisboa, Coisas de Ler, 2010.
- FARINHA, Luís, *Cunha Leal. Deputado e Ministro da República, Um Notável Rebelde*, Lisboa, Assembleia da República/Texto, 2009.
- (coordenação científica), *Viva a República!, 1910-2010*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2010.
- FAVA, Fernando Mendonça, *Leonardo Coimbra e a I República. Percurso Político e Social de Um Filósofo*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- FONTE, Barroso da, *Alfredo Pimenta. Da Praxis Libertária à Doutrinação Nacionalista*, Guimarães, Cidade Berço, 2005.
- FRAGA, Luís Alves de, *O Fim da Ambiguidade. Os Objetivos Políticos e o Esboço da Estratégia Nacional de 1914-1916*, Lisboa, Universitária Editora, 2001 (dissertação de mestrado em Estratégia, Universidade Técnica de Lisboa, 1990).
- , *Do Intervencionismo ao Sidonismo. Os Dois Segmentos da Política de Guerra na 1.ª República, 1916-1918*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.
- FRANCO, António Cândido, «Renascença Portuguesa», in Fernando Cabral Martins (coordenação), *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, Lisboa, Caminho, 2008, pp. 722-725.
- , «A Vida Portuguesa», in Fernando Cabral Martins (coordenação), *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, Lisboa, Caminho, 2008, pp. 890-891.
- FREITAS, Joana Gaspar de, *Manuel de Arriga. Percurso Intelectual e Político de Um Republicano Histórico (1840-1917)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011.

- GAMA, Manuel, *O Pensamento de Sampaio Bruno. Contribuição para a História da Filosofia em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.
- , *Percursos do Pensamento Religioso em Portugal (Séculos XIX-XX)*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho, 2005.
- GARNEL, Maria Rita Lino, *A República de Sebastião de Magalhães Lima*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004.
- GODINHO, Vitorino Magalhães, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Arcádia, 1977.
- , *Vitorino Henriques Godinho (1878-1962). Pátria e República*, Lisboa, Assembleia da República/Dom Quixote, 2005.
- , *Ensaios e Estudos*, 2 vols., Lisboa, Sá da Costa, 2009-2010.
- HOMEM, Amadeu Carvalho, *A Ideia Republicana em Portugal. O Contributo de Teófilo Braga*, Coimbra, Minerva, 1989.
- , *A Propaganda Republicana (1870-1910)*, Coimbra, s. n., 1990.
- , *Da Monarquia à República*, Viseu, Palimage, 2001.
- LEAL, Ernesto Castro, *António Ferro. Espaço Político e Imaginário Social (1918-32)*, Lisboa, Cosmos, 1994.
- , *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Cosmos, 1999.
- , *Partidos e Programas. O Campo Partidário Republicano Português (1910-1926)*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.
- (coordenação), *Republicanismo, Socialismo, Democracia*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010.
- (coordenação), *República e Liberdade*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011.
- (coordenação), *Monarquia e República*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012.
- (coordenação), *Liberalismo e Antiliberalismo*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013.
- (coordenação), *Pátria e Liberdade*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014.
- , e NUNES, Teresa, *António Granjo. República e Liberdade*, Lisboa, Assembleia da República/Centenário da República, 2012.
- LOPES, Fernando Farelo, «A revista *Pela Grei* (doutrina e prática política)», *Análise Social*, n.<sup>os</sup> 72-73-74, Lisboa, 1982, pp. 759-771.

- , *Poder Político e Caciquismo na 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1994.
- MADUREIRA, Joaquim [Braz Burity], *Na «Fermosa Estrivaria»*. (*Notas d'um Diário Subversivo*). Coordenação de Miguel Dias Santos, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda / Biblioteca Res Publicana, 2011.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Vem aí a República!, 1906-1910*, Coimbra, Almedina, 2009.
- MALTEZ, José Adelino, *Tradição e Revolução. Uma Biografia do Portugal Político do Século XIX ao XXI*, vols. I (1820-1910) e II (1910-2005), Lisboa, Tribuna da História, 2004-2005.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (direção), *História da 1.ª República Portuguesa. As Estruturas de Base*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, s. d. [1978].
- , *Guia de História da 1.ª República Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1981.
- (coordenação), *Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI, *Nova História de Portugal* (direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques), Lisboa, Presença, 1991.
- MARTINS, Fernando Cabral (coordenação), *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, Lisboa, Caminho, 2008.
- MARTINS, Pedro Miguel, *O Republicanismo Autoritário de Basílio Teles (1856-1923)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2011.
- MATOS, Luís Salgado de, *Tudo o Que Quis Saber sobre a Primeira República em 37 Mil Palavras. As Instituições Políticas Portuguesas do 5 de Outubro de 1910 ao 28 de Maio de 1926*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2010.
- , *A Separação do Estado e da Igreja. Concórdia e Conflito entre a Primeira República e o Catolicismo*, Lisboa, Dom Quixote, 2011.
- MEDINA, João, «Sérgio e Sidónio. Estudo do ideário sergiano na revista *Pela Grei* (1918-1919)», *Estudos sobre António Sérgio*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Universidade de Lisboa, 1988, pp. 7-30.
- , «*Oh! a República!...*». *Estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Universidade de Lisboa, 1990.
- , *Morte e Transfiguração de Sidónio Pais*, Lisboa, Cosmos, 1994.
- , *O «Presidente-Rei» Sidónio Pais. Estudos sobre Sidónio Pais e o Seu Consulado*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.
- NATÁRIO, Celeste, *O Pensamento Filosófico de Raul Proença*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

- , e EPIFÂNIO, Renato (coordenação), *A Águia & A República — 100 Anos Depois. Ciclo de Conferências*, Sintra, Zéfiro, 2010.
- NAVARRO, Bruno J., *Governo de Pimenta de Castro. Um General no Labirinto Político da I República*, Lisboa, Assembleia da República/Centenário da República, 2011.
- NETO, Vítor, *As Ideias Políticas e Sociais de José Félix Henriques Nogueira*, Lisboa, Colibri/Câmara Municipal de Torres Vedras, 2005.
- OLIVEIRA, Paulo Motta, «A Águia», in Fernando Cabral Martins (coordenação), *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, Lisboa, Caminho, 2008, pp. 27-32.
- PATRÍCIO, Manuel Ferreira, *O Messianismo de Teixeira de Pascoaes e a Educação dos Portugueses*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.
- PEREIRA, Ana Leonor, *Darwin em Portugal. Filosofia. História. Engenharia Social (1865-1914)*, Coimbra, Almedina, 2001.
- PEREIRA, José Esteves, «Henriques Nogueira e a Conjuntura Portuguesa (1846-1851)», *Revista de História das Ideias*, vol. 1, Coimbra, 1977, pp. 159-178.
- , *Percursos de História das Ideias*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2004.
- , «Pensamento político em Portugal no século XIX», *Atas do VII Colóquio Antero de Quental* (organizado pela Universidade Federal de São João del-Rei/Minas Gerais e pelo Instituto de Filosofia Luso-Brasileira/Lisboa), São João del-Rei (Minas Gerais/Brasil), 2007, pp. 54-84.
- , «Positivismo e República», *Estudos Filosóficos*, vol. 3, *Atas do VIII Colóquio Antero de Quental* (organizado pela Universidade Federal de São João del-Rei/Minas Gerais e pelo Instituto de Filosofia Luso-Brasileira/Lisboa), São João del-Rei (Minas Gerais/Brasil), 2009, pp. 153-166.
- , «Democracia em António Sérgio», in Ernesto Castro Leal (coordenação), *Republicanismo, Socialismo, Democracia*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010, pp. 195-205.
- , «Henriques Nogueira e a República», in Ernesto Castro Leal (coordenação), *Monarquia e República*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, pp. 65-80.
- PINHO, Arnaldo de, e NATÁRIO, Celeste (organização), *A Águia e a Renascença Portuguesa no Contexto da República, 1910/2010*,

- Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, 2011.
- PIRES, Ana Paula, *António José de Almeida. O Tribuno da República*, Lisboa, Assembleia da República/Centenário da República, 2011.
- QUEIROZ, António José, *A Esquerda Democrática e o Final da Primeira República*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.
- , *José Domingues dos Santos. O Defensor do Povo (1887-1958)*, Lisboa, Assembleia da República/Centenário da República, 2012.
- RAMOS, Rui, «A Segunda Fundação (1890-1926)», in José Mattoso (direção), *História de Portugal*, vol. 6, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.
- , *João Franco e o Fracasso do Reformismo Liberal (1884-1908)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001.
- , «Foi a Primeira República um regime liberal? Para uma caracterização política do regime republicano português entre 1910 e 1926», in Manuel Baião (edição), *Elites e Poder. A Crise do Sistema Liberal em Portugal e Espanha (1918-1931)*, Lisboa, Colibri/Centro Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades da Universidade de Évora, 2004, pp. 185-246.
- , «III Parte — Idade contemporânea (séculos XIX-XX)», in Rui Ramos (coordenador), Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Gonçalo Monteiro, *História de Portugal*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2009, pp. 437-625.
- REAL, Miguel, *O Pensamento Português Contemporâneo — 1890-2010. O Labirinto da Razão e a Fome de Deus*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2011.
- REIS, António, «Seara Nova», in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (direção), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 890-893.
- , «Os valores republicanos ontem e hoje», in António Reis (coordenação científica), *A República Ontem e Hoje*, Lisboa, Colibri, Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2002, pp. 11-29.
- , *Raúl Proença. Biografia de Um Intelectual Político Republicano*, 2 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.
- , «Raúl Proença e a democracia», in Ernesto Castro Leal (coordenação), *Republicanismo, Socialismo, Democracia*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010, pp. 185-194.

- RIBEIRO, Lia, *A Popularização da Cultura Republicana, 1881-1910*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, *Portugal e a Revolução de 1848*, Coimbra, Minerva, 1990.
- , *A Ideia de Europa. Uma Perspetiva Histórica*, Coimbra, Quarteto, 2003.
- ROCHA, Clara, «Seara Nova», in Fernando Cabral Martins (coordenação), *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, Lisboa, Caminho, 2008, pp. 767-771.
- , BUESCU, Helena Carvalhão, e GOULART, Rosa Maria (organização), *Literatura e Cidadania no Século XX. Ensaios*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2011.
- ROSAS, Fernando, *Portugal no Século XX. Pensamento e Ação Política*, Lisboa, Notícias, 2004.
- , e ROLLO, Maria Fernanda (coordenadores), *História da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Tinta-da-China, 2009.
- SÁ, Luís, e REGO, Manuela (coordenação, organização, pesquisa), *Jornais Republicanos, 1848-1926*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal/Assembleia da República, 2011.
- SAMARA, Alice, *Verdes e Vermelhos. Portugal e a Guerra no Ano de Sidónio Pais*, Lisboa, Notícias, 2003.
- , *Bernardino Machado. Uma Vida de Luta*, Lisboa, Assembleia da República/Centenário da República, 2012.
- SAMUEL, Paulo, *A Renascença Portuguesa. Um Perfil Documental*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1990.
- SANTOS, Alfredo Ribeiro dos, *A Renascença Portuguesa. Um Movimento Cultural Portuense*, Porto, Fundação Engenheiro António de Almeida, 1990.
- SANTOS, Fernando Piteira, «Na transição do ‘constitucionalismo monárquico’ para o ‘constitucionalismo republicano’: A crise do Partido Socialista e a crise do Partido Republicano», *Análise Social*, n.ºs 72-73-74, Lisboa, 1982, pp. 673-685.
- SARDICA, José Miguel, *O Século XX Português*, Lisboa, Texto, 2011.
- SERRÃO, Joel (seleção, introdução e notas), *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo. Antologia de Pensamento Político Português*, 2.ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 1979.
- SILVA, Armando B. Malheiro da, «Egas Moniz e a política. Notas avulsas para uma biografia indiscreta», in Ana Leonor Pereira e João Rui Pita (organização), *Egas Moniz em Livre Exame*, Coimbra, Minerva, 2000, pp. 237-311.

- , *Sidónio e Sidonismo*, vol. 1 — *História de Uma Vida*, vol. 2 — *História de Um Caso Político*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.
- , CORDEIRO, Carlos, e TORGAL, Luís Filipe, *Machado Santos. O Intransigente da República (1875-1921)*, Lisboa, Assembleia da República/Centenário da República, 2013.
- SOUSA, Marnoco e, *Constituição Política da República Portuguesa. Comentário*. Coordenação de J. J. Gomes Canotilho, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda / Biblioteca Res Publicana, 2001.
- TEIXEIRA, Nuno Severiano, *O Poder e a Guerra, 1914-1918. Objetivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Estampa, 1996.
- TORGAL, Luís Reis, e ROQUE, João Lourenço, «O Liberalismo (1807-1890)», in José Mattoso (direção), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.
- , *António José de Almeida e a República. Discurso de Uma Vida ou Vida de Um Discurso*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2004.
- VENTURA, António, *O Imaginário Seareiro. Ilustradores e Ilustrações da Revista «Seara Nova» (1921-1927)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Universidade de Lisboa, 1989.
- , *Republicanos, Anarquistas e Socialistas. A Convergência Possível (1893-1910)*, Lisboa, Cosmos, 2000.
- , *Magalhães Lima. Um Idealista Impenitente*, Lisboa, Assembleia da República/Centenário da República, 2011.